

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL
REQUERIMENTO Nº DE 2023

(Dra Sra. Erika Hilton e Sr. Pastor Henrique Vieira)

Apresentação: 28/03/2023 10:58:56.407 - CDHMIIR

REQ n.31/2023

Solicitam realização de Audiência Pública para debater a “Violência contra as escolas e a proteção de crianças, adolescentes e profissionais da educação.”

Senhora Presidenta, com amparo no art. 58 § 2º, inciso II da Constituição Federal, e na forma dos artigos 24, III e 255 do Regimento Interno desta Casa, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debater a “Violência contra as escolas e a proteção de crianças, adolescentes e profissionais da educação.”

Para esse fim, sugerimos sejam convidados os seguintes debatedores:

1) Sra. **Andressa Pellanda**, Coordenadora da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação.

2) Sr. **Daniel Cara**, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, um dos coordenadores do GT de Educação do Gabinete de Transição Governamental, em 2022.

3) Sra. **Juliana Meato**, consultora em Educação, pós-graduada em Ensino de História pelo Colégio Pedro II (CPII).



4) Sra. **Catarina de Almeida**, Professora Associada da Faculdade de Educação da UnB, uma das coordenadoras da Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação.

5) Sra. **Letícia Oliveira**, Especialista em monitoramento online de agrupamentos de extrema-direita.

6) Sr. **Rogério Diniz Junqueira**, Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

JUSTIFICATIVA

A violência extrema nas escolas é um problema complexo que deve ser atuado em diferentes frentes a fim de preveni-la e combatê-la, além de proporcionar soluções de amparo e cuidado com às vítimas e membros da comunidade escolar afetadas. Nesse sentido, essa proposta surge a partir do cenário de violência sistemático nas comunidades escolares no país, com dezenas de casos de atentados violentos à membros da comunidade escolar noticiados em grandes mídias, demandando, portanto, ampliação do debate nas casas legislativas para enfrentar esse problema sistemático nas escolas do país.¹

Deve-se ter espaço nesta Comissão a temática de ataques às escolas no Brasil por se tratar ações de extrema violência que são crimes de ódio contra minorias sociais, motivadas por uma cultura de ódio, que se dá, de diferentes formas, nas interações virtuais de adolescentes com grupos extremistas, devendo ser debatida de forma multissetorial e na perspectiva dos direitos humanos.

Estudo inédito, realizado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mostra que o Brasil teve pelo menos 23 ataques violentos a escolas em



um período de 20 anos, desde 2002 até 2023. Entre esse período, 24 estudantes morreram, além de 4 (quatro) professores e 2 (dois) profissionais de educação, como a professora da escola estadual de São Paulo de 71 anos morta a facadas nesta segunda-feira, dia 27 de março de 2023, por um aluno.

O Instituto de Estudos Avançados da Unicamp destacou também que os ataques às escolas acontecem em diferentes esferas: 12 (doze) casos em escolas estaduais; 7 (sete) casos em escolas municipais e 4 (quatro) casos em escolas privadas. Sendo as motivações diversas, mas sempre orientadas para raiva, ódio, vingança e participação em culturas extremistas.² Os pesquisadores esclarecem na pesquisa que os ataques têm aumentado em números desde o ano passado, sendo, portanto, um crescimento exponencial deste tipo de violência. Foram 7 ataques às instituições de ensino no 2º semestre de 2022 e dois este ano: um deles na capital paulista e outro em Monte Mor, no interior de São Paulo.

A alta incidência de casos de violência dentro das escolas, entre as autoridades educacionais e a marcha de perseguição contra professores implica uma resposta do poder público em atuar por uma cultura de não violência e participação mediativa na resolução dos conflitos, como forma, também, de assegurar condições de trabalho dignas.

Dados da pesquisa divulgada pela Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) sobre o grau de violência percebida nas escolas paulista revela e alerta sobre casos de bullying e discriminação crescente entre alunos e professores. Se apurou que 79% da população paulista teve conhecimento de algum caso recente de violência em escolas paulistas em 2019. Os

² Ver mais:

<<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2023/03/27/estudo-inedito-mostra-que-brasil-teve-e-pelo-menos-23-ataques-violentos-a-escolas-desde-2002.ghtml>> Acesso em 27 de março de 2023.



casos de bullying, discriminação e vandalismo foram os mais notados. Já no âmbito nacional, quanto ao índice de conhecimento de violência, foi de 77%.

Tem-se também, “de acordo com a pesquisa, 81% dos alunos e 90% dos docentes souberam de episódios de violência em suas escolas estaduais no ano passado, índices acima da percepção verificada em relação a 2017 (80% e 85% entre estudantes e professores, respectivamente) e 2014 (77% e 84%), outros períodos apurados”. Quanto a ter sofrido pessoalmente algum tipo de violência no âmbito escolar, 37% dos estudantes e 54% dos professores da rede ouvidos pelos pesquisadores disseram já ter sofrido pessoalmente algum tipo de violência em suas escolas.

A referida audiência pública tem, portanto, o objetivo de debater as violências sofridas dentro da comunidade escolar e o papel da proteção integral de crianças e adolescentes nesses espaços educacionais, através do diálogo entre representantes da academia, da sociedade civil e do governo federal, com o propósito de definir caminhos para uma Política Nacional efetiva de combate aos ataques, atentados e discriminação nas escolas, como também orientar formulações para um política de enfrentamento à cooptação das crianças e adolescentes por grupos extremistas, cooperando de para compor uma agenda de paz, não discriminação e tolerância dentro do ambiente escolar a partir do enfrentamento aos meios e métodos de cooptação, como o ambiente virtual.

Isso posto, e considerando a inegável relevância e urgência do tema proposto, requeiro a realização de audiência pública, para que possa ser melhor debatido e instrumentalizado para soluções legislativas competentes e eficazes na prevenção aos ataques e cooptação dos jovens ao extremismo, além de proteção e reparação das vítimas, dos familiares e de toda a comunidade escolar brasileira, em contexto de violência às escolas.



Sala da Comissão, em 28 de março de 2023.

Deputada ERIKA HILTON – PSOL/SP

Deputado PASTOR HENRIQUE VIEIRA - PSOL/RJ

